

Relatório do Orçamento do Estado para 2015

Errata

Nota Prévia:

Foi introduzida na secção do Sumário Executivo a versão final da intervenção da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, conforme proferida na conferência de imprensa que decorreu no dia 15 de outubro de 2014, no Salão Nobre do Ministério das Finanças.

Capítulo I. Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspetivas para 2015

[1.] Página 7 – Linha 2

Substituir:

“(…) -5,2% em agosto de 2014 (4,6% no mesmo período de 2013)”

Por:

“(…) -5,2% em agosto de 2014 (**-4,6%** no mesmo período de 2013)”

[2.] Página 10 – Quadro I.2.2. Despesa Nacional

Substituir:

	2012	2013	2013				2014	
			I	II	III	IV	I	II
PIB e Componentes da Despesa (Taxa de crescimento homólogo real, %)								
PIB	-3,3	-1,4	-3,8	-2,1	-1,0	1,6	1,0	0,9
Consumo Privado	-5,2	-1,4	-4,0	-2,0	-0,8	1,3	2,1	1,7
Consumo Público	-4,3	-1,9	-3,0	-2,8	-1,9	0,0	0,0	0,2
Investimento (FBCF)	-15,0	-6,3	-14,5	-6,8	-3,5	0,6	0,5	2,6
Exportações de Bens e Serviços	3,1	6,4	2,5	7,1	7,4	8,8	3,1	2,3
Importações de Bens e Serviços	-6,6	3,6	-3,6	5,7	6,7	6,0	9,3	4,8
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)								
Procura Interna	-6,9	-2,4	-6,1	-2,6	-1,2	0,5	3,3	1,9
do qual: Variação de Existências	0,1	0,0	-0,4	0,3	0,3	-0,4	1,8	0,3
Procura Externa Líquida	3,6	1,0	2,2	0,5	0,2	1,0	-2,3	-1,0
Evolução dos Preços								
Deflator do PIB	-0,4	2,3	1,6	2,3	2,9	2,4	2,1	1,1
IPC	2,8	0,3	3,2	3,6	2,9	2,5	2,4	2,5
Evolução do Mercado de Trabalho								
Emprego	-4,1	-2,9	-5,3	-4,2	-2,4	0,5	1,5	1,6
Taxa de Desemprego (%)	15,5	16,2	17,5	16,4	15,5	15,3	15,1	13,9
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)								
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-0,6	1,3	-0,9	0,5	2,6	2,7	-0,3	1,2
- Saldo da Balança Corrente	-2,6	-0,3	-2,1	-0,9	1,2	0,6	-1,6	-0,2
da qual Saldo da Balança de Bens e Serviços	-0,7	1,0	-0,3	1,6	2,7	-0,1	-1,3	1,1
- Saldo da Balança de Capital	2,0	1,5	1,2	1,5	1,4	2,1	1,3	1,4

Pelo quadro seguinte, onde se corrige a trajetória do IPC:

	2012	2013	2013				2014	
			I	II	III	IV	I	II
PIB e Componentes da Despesa (Taxa de crescimento homólogo real, %)								
PIB	-3,3	-1,4	-3,8	-2,1	-1,0	1,6	1,0	0,9
Consumo Privado	-5,2	-1,4	-4,0	-2,0	-0,8	1,3	2,1	1,7
Consumo Público	-4,3	-1,9	-3,0	-2,8	-1,9	0,0	0,0	0,2
Investimento (FBCF)	-15,0	-6,3	-14,5	-6,8	-3,5	0,6	0,5	2,6
Exportações de Bens e Serviços	3,1	6,4	2,5	7,1	7,4	8,8	3,1	2,3
Importações de Bens e Serviços	-6,6	3,6	-3,6	5,7	6,7	6,0	9,3	4,8
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)								
Procura Interna	-6,9	-2,4	-6,1	-2,6	-1,2	0,5	3,3	1,9
do qual: Variação de Existências	0,1	0,0	-0,4	0,3	0,3	-0,4	1,8	0,3
Procura Externa Líquida	3,6	1,0	2,2	0,5	0,2	1,0	-2,3	-1,0
Evolução dos Preços								
Deflator do PIB	-0,4	2,3	1,6	2,3	2,9	2,4	2,1	1,1
IPC	2,8	0,3	0,2	0,6	0,3	-0,1	-0,1	-0,3
Evolução do Mercado de Trabalho								
Emprego	-4,1	-2,9	-5,3	-4,2	-2,4	0,5	1,5	1,6
Taxa de Desemprego (%)	15,5	16,2	17,5	16,4	15,5	15,3	15,1	13,9
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)								
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-0,6	1,3	-0,9	0,5	2,6	2,7	-0,3	1,2
- Saldo da Balança Corrente	-2,6	-0,3	-2,1	-0,9	1,2	0,6	-1,6	-0,2
da qual Saldo da Balança de Bens e Serviços	-0,7	1,0	-0,3	1,6	2,7	-0,1	-1,3	1,1
- Saldo da Balança de Capital	2,0	1,5	1,2	1,5	1,4	2,1	1,3	1,4

[3.] Página 24 – Quadro I.3.4.

Substituir:

Quadro I.3.4. Previsões Macroeconómicas

(taxa de variação, em %)

	MF		CE		OCDE		FMI	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
PIB e Componentes da Despesa (<i>em termos reais</i>)								
PIB	1,0	1,5	1,2	1,5	1,1	1,4	1,0	1,5
Consumo Privado	1,8	2,0	0,7	0,8	0,4	0,7	:	:
Consumo Público	-0,6	-0,5	-1,6	-1,5	-2,0	-2,1	:	:
Investimento (FBCF)	1,5	2,0	3,3	3,8	3,3	2,8	:	:
Exportações de Bens e Serviços	3,7	4,7	5,7	5,7	4,5	5,1	:	:
Importações de Bens e Serviços	4,7	4,4	4,1	4,2	3,3	3,1	:	:
Evolução dos Preços								
Deflator do PIB	1,0	1,5	0,7	0,9	0,1	0,1	:	:
IPC*	0,0	0,7	0,4	1,1	-0,3	0,4	0,0	1,1
Evolução do Mercado de Trabalho								
Emprego	1,4	1,0	0,9	0,8	1,3	0,9	:	:
Taxa de Desemprego (%)	14,2	13,4	15,4	14,8	15,1	14,8	14,2	13,5
Produtividade aparente do trabalho	-0,4	0,5	1,1	1,1	-0,2	0,5	:	:
Saldos das Balanças Corrente e de Capital (<i>em % do PIB</i>)								
- Capacidades líquidas de financiamento face ao exterior	1,5	1,5	2,7	3,1	:	:	:	:
- Saldo da Balança Corrente	0,3	0,3	1,0	1,4	0,8	1,1	0,6	0,8

Pelo quadro seguinte, onde se corrige o título e o deflator do PIB em 2014 (MF):

Quadro I.3.4. Previsões Macroeconómicas

(taxa de variação, em %)

	MF		CE		OCDE		FMI	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
PIB e Componentes da Despesa <i>(em termos reais)</i>								
PIB	1,0	1,5	1,2	1,5	1,1	1,4	1,0	1,5
Consumo Privado	1,8	2,0	0,7	0,8	0,4	0,7	:	:
Consumo Público	-0,6	-0,5	-1,6	-1,5	-2,0	-2,1	:	:
Investimento (FBCF)	1,5	2,0	3,3	3,8	3,3	2,8	:	:
Exportações de Bens e Serviços	3,7	4,7	5,7	5,7	4,5	5,1	:	:
Importações de Bens e Serviços	4,7	4,4	4,1	4,2	3,3	3,1	:	:
Evolução dos Preços								
Deflator do PIB	1,4	1,5	0,7	0,9	0,1	0,1	:	:
IPC*	0,0	0,7	0,4	1,1	-0,3	0,4	0,0	1,1
Evolução do Mercado de Trabalho								
Emprego	1,4	1,0	0,9	0,8	1,3	0,9	:	:
Taxa de Desemprego (%)	14,2	13,4	15,4	14,8	15,1	14,8	14,2	13,5
Produtividade aparente do trabalho	-0,4	0,5	1,1	1,1	-0,2	0,5	:	:
Saldos das Balanças Corrente e de Capital <i>(em % do PIB)</i>								
- Capacidades líquidas de financiamento face ao exterior	1,5	1,5	2,7	3,1	:	:	:	:
- Saldo da Balança Corrente	0,3	0,3	1,0	1,4	0,8	1,1	0,6	0,8

Capítulo II. Estratégia de Consolidação Orçamental

[4.] Página 40 – Linha 13

Substituir:

“(…) no valor de 1,6% do PIB (…)”

Por:

“(…) no valor de 1,5% do PIB (…)”

[5.] Página 43 – Quadro II.2.2. Dinâmica da Dívida Pública

Substituir:

	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida pública consolidada (% PIB)	124,8	128,0	124,8	128,0	127,2
Variação em p.p. do PIB	13,7	3,2	13,7	3,2	-0,8
Efeito saldo primário	0,6	-0,1	0,6	-0,1	-0,3
Efeito dinâmico	9,2	3,9	9,2	3,9	1,9
Efeito juros	4,9	5,0	4,9	5,0	5,0
Efeito PIB	4,3	-1,1	4,3	-1,1	-3,1
Outros	4,0	-0,5	4,0	-0,5	-2,5

Pelo quadro seguinte, onde se corrigem as colunas referentes a 2010 e 2011:

	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida pública consolidada (% PIB)	96,2	111,1	124,8	128,0	127,2
Variação em p.p. do PIB	12,6	14,9	13,7	3,2	-0,8
Efeito saldo primário	8,2	3,0	0,6	-0,1	-0,3
Efeito dinâmico	0,8	6,4	9,2	3,9	1,9
Efeito juros	2,9	4,3	4,9	5,0	5,0
Efeito PIB	-2,1	2,1	4,3	-1,1	-3,1
Outros	3,5	5,5	4,0	-0,5	-2,5

[6.] Página 48 – Quadro II.3.1. Medidas de Consolidação Orçamental em 2015

Substituir:

	Valores brutos	
	M€	% do PIB
Despesas com o pessoal	189	0,1
Impacto da alteração da política remuneratória	-199	-0,1
Redução de efetivos por aposentação	190	0,1
Efeito carry-over da execução de programas de rescisão por mútuo acordo	65	0,0
Utilização do sistema de requalificação de trabalhadores	58	0,0
Outras medidas sectoriais	75	0,0
Prestações sociais	-518	-0,3
Extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) (3,5%-10%)	-660	-0,4
Introdução de teto máximo sobre as prestações sociais	100	0,1
Contribuição sobre as pensões mais elevadas	42	0,0
Prestações sociais em espécie	173	0,1
Receitas adicionais no sector da Saúde, nomeadamente na Indústria Farmacêutica	160	0,1
Outras medidas sectoriais	13	0,0
Consumo intermédio	507	0,3
Redução de despesa em Tecnologias de Informação e Comunicação	138	0,1
Redução de despesa relativa a estudos, pareceres, projetos, consultoria e outros trabalhos especializados	179	0,1
Outras medidas sectoriais	190	0,1
Subsídios	99	0,1
Redução das indemnizações compensatórias para o Sector Empresarial do Estado	85	0,0
Outras medidas sectoriais	14	0,0
Investimento	28	0,0
Outra despesa corrente	51	0,0
Total de medidas do lado da despesa	530	0,3
Diminuição de Despesa	530	0,3
Impostos sobre a produção e a importação	0	0,1
Contribuições sociais	75	0,0
Efeito carry-over do aumento da contribuição para ADSE-SADs-ADM	75	0,0
Outras receitas	366	0,2
Alteração ao modelo de exploração de jogo	25	0,0
Incremento de impostos específicos sobre o consumo	100	0,1
Aumento da Contribuição sobre o Sector Bancário	31	0,0
Alteração da Contribuição sobre o Serviço Rodoviário	160	0,1
Outras medidas	50	0,0
Total de medidas do lado da receita	441	0,2
Resultado líquido da receita fiscal das medidas em despesas com pessoal e prestações sociais	83	0,0
Resultado líquido da receita contributiva do empregado das medidas em despesas com pessoal	-21	0,0
Aumento de Receita	504	0,3
Total de medidas permanentes	1.034	0,6
Total de medidas pontuais	216	0,1
Total	1.249	0,7

Pelo quadro seguinte, onde se corrige a classificação de 3 medidas do lado da receita:

	M€	% do PIB
Despesas com o pessoal	189	0,1
Impacto da alteração da política remuneratória	-199	-0,1
Redução de efetivos por aposentação	190	0,1
Efeito carry-over da execução de programas de rescisão por mútuo acordo	65	0,0
Utilização do sistema de requalificação de trabalhadores	58	0,0
Outras medidas sectoriais	75	0,0
Prestações sociais	-518	-0,3
Extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) (3,5%-10%)	-660	-0,4
Introdução de teto máximo sobre as prestações sociais	100	0,1
Contribuição sobre as pensões mais elevadas	42	0,0
Prestações sociais em espécie	173	0,1
Receitas adicionais no sector da Saúde, nomeadamente na Indústria Farmacêutica	160	0,1
Outras medidas sectoriais	13	0,0
Consumo intermédio	507	0,3
Redução de despesa em Tecnologias de Informação e Comunicação	138	0,1
Redução de despesa relativa a estudos, pareceres, projetos, consultoria e outros trabalhos especializados	179	0,1
Outras medidas sectoriais	190	0,1
Subsídios	99	0,1
Redução das indemnizações compensatórias para o Sector Empresarial do Estado	85	0,0
Outras medidas sectoriais	14	0,0
Investimento	28	0,0
Outra despesa corrente	51	0,0
Total de medidas do lado da despesa	530	0,3
Diminuição de Despesa	530	0,3
Impostos sobre a produção e a importação	291	0,2
Incremento de impostos específicos sobre o consumo	100	0,1
Aumento da Contribuição sobre o Sector Bancário	31	0,0
Alteração da Contribuição sobre o Serviço Rodoviário	160	0,1
Contribuições sociais	75	0,0
Efeito carry-over do aumento da contribuição para ADSE-SADs-ADM	75	0,0
Outras receitas	75	0,0
Alteração ao modelo de exploração de jogo	25	0,0
Outras medidas	50	0,0
Total de medidas do lado da receita	441	0,2
Resultado líquido da receita fiscal das medidas em despesas com pessoal e prestações sociais	83	0,0
Resultado líquido da receita contributiva do empregado das medidas em despesas com pessoal	-21	0,0
Aumento de Receita	504	0,3
Total de medidas permanentes	1.034	0,6
Total de medidas pontuais	216	0,1
Total	1.249	0,7

[7.] Página 69

Inserir o seguinte texto na secção II.4.2. Parcerias Público-Privadas:

II.4.2.2. Parcerias Público-Privadas

“No setor das Parcerias Público-Privadas (PPP) persistem riscos orçamentais ou responsabilidades contingentes decorrentes sobretudo de decisões passadas, nomeadamente, dos concursos suspensos, da execução dos contratos em vigor e da sua respetiva modificação.

Setor Rodoviário

No tocante às PPP rodoviárias, existe um conjunto de litígios pendentes que respeitam, designadamente, a pedidos de reposição do equilíbrio financeiro dos contratos, bem como a outros pedidos de indemnização apresentados pelas concessionárias – alguns já em processo arbitral, outros em fase pré-contenciosa e outros ainda em que apenas foi anunciada a intenção de apresentar pedidos de reposição do equilíbrio financeiro.

Os fundamentos destes pedidos e processos arbitrais são de diferente natureza, fundamentados em questões relacionadas com a construção, a implementação de portagens em autoestradas alegadamente indutoras de tráfego para as concessões em questão, as variações da taxa de IRC e, nalguns casos, derrama, a introdução da TRIR e ainda o facto de não ter sido adotado um sistema obrigatório de identificação eletrónica de veículos.

Vários pedidos apresentados foram objeto de recusa por parte do Estado, por se entender que os factos invocados não são suscetíveis de fundamentar contratualmente o pagamento das compensações demandadas. Contudo, existem algumas situações, envolvendo valores substancialmente menos expressivos, que poderão ter acolhimento apenas parcial pelo parceiro público.

Contudo, à data de apresentação da Proposta do Orçamento do Estado para 2015, não é possível quantificar monetariamente o impacto orçamental subjacente aos processos arbitrais e demais litígios relacionados com as alegadas reposições de equilíbrio financeiro dos contratos. Mais ainda, desconhece-se a data de desfecho dos processos em curso, admitindo-se, no entanto, que alguns destes processos possam ter repercussão orçamental no decurso do ano de 2015.

Nas PPP Rodoviárias, cumpre ainda relevar que as poupanças acordadas no âmbito da renegociação dos contratos de concessão que se encontra em curso, só serão plenamente efetivadas após a aprovação dos contratos pelas entidades financiadoras, e posterior apreciação por parte do Tribunal de Contas,

Relativamente às receitas provenientes da cobrança de taxas de portagem, poderão ocorrer desvios orçamentais entre as receitas orçamentadas e aquelas que virão de facto a ocorrer.

A este respeito, refira-se que, na exploração dos contratos de PPP no sector das infraestruturas rodoviárias em que a receita de tráfego é apropriada pela Estradas de Portugal, os riscos de procura são assumidos por esta. Caso se verifique um desvio face às previsões de receitas, espera-se que, à semelhança do sucedido no passado, a mesma seja mitigada pela capacidade de adaptação do orçamento da empresa à evolução verificada nas suas receitas, não sendo expectável qualquer necessidade de reajustamento com encargos adicionais.

Setor da Saúde

No que diz respeito às PPP do setor da Saúde, e à semelhança do que tem sucedido no passado recente, não se antecipam riscos orçamentais assinaláveis, na medida em que os contratos possibilitam uma gestão direta dos respetivos níveis de produção e custos associados numa base anual, que tem permitido balizar os potenciais riscos orçamentais associados.

Setor da Segurança

No que respeita ao contrato de concessão do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), encontram-se pendentes de resolução quatro pedidos de reposição do equilíbrio financeiro do contrato, relacionados com alegados atrasos na montagem da rede SIRESP ou com encargos adicionais incorridos pela concessionária para que o prazo definido contratualmente não fosse incumprido.

À data de apresentação da Proposta do Orçamento do Estado para 2015, não é possível quantificar o impacto orçamental que poderá advir destes processos, admitindo-se que alguns possam ter repercussão em 2015.

Setor Ferroviário

Por último, no que toca às PPP ferroviárias, cumpre referir a existência, por um lado, de um pedido de reposição do equilíbrio financeiro da concessão ferroviária - Eixo Norte-Sul (ENS) com fundamento no aumento da taxa de utilização da infraestrutura (TUI) em 2012 e, por outro lado, de um pedido de indemnização, já em processo arbitral, apresentado pela concessionária do Troço da Linha Ferroviária de Alta Velocidade Poceirão-Caia, na sequência da recusa de visto pelo Tribunal de Contas ao respetivo contrato de concessão.

Relativamente ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro da concessão ferroviária Eixo Norte Sul, foi já constituída a comissão de negociação que assegurará a respetiva negociação em nome do Concedente, esperando-se que o processo tenha desfecho no início de 2015.

No que concerne ao processo arbitral apresentado pela concessionária do Troço da Linha Ferroviária de Alta Velocidade Poceirão-Caia, estão a decorrer os respetivos trâmites, antevendo-se o respetivo desfecho em 2015, ocorrendo o eventual impacte orçamental no ano em que for executada a decisão que vier a ser tomada por este tribunal.

Encontra-se ainda pendente um pedido de indemnização por parte de um concorrente ao concurso relativo à concessão de rede de alta velocidade, no troço entre Lisboa e Poceirão, na sequência da decisão de não adjudicação.”

Capítulo III. Situação Financeira das Administrações Públicas em 2014 e em 2015 (Contabilidade Pública e Nacional)

[8.] Páginas 74 a 113 – Cabeçalho

Substituir:

“RELATÓRIO OE2015

Estratégia de Consolidação Orçamental”

Por:

“RELATÓRIO OE2015

Situação Financeira das Administrações Públicas em 2014 e em 2015”

[9.] Página 80 – Linha 5 – Redução da Despesa Fiscal do Estado 2012-2015

Substituir:

“(…) registe-se a variação de 1,6%, 1,9% e -11,0%, respetivamente (…).”

Por:

“(…) registe-se a variação de 1,9%, 1,6% e -11,0%, respetivamente (…).”

[10.] Página 81 – Linhas 8-12 - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)

Substituir:

“(…), a despesa fiscal mantém a sua tendência de queda ao longo do período em análise. Neste âmbito, em paralelo com a política vigente de revisão dos benefícios fiscais em sede de IRC, saliente-se a introdução do CFEI. O CFEI cumpriu plenamente os seus objetivos, tendo contribuído de forma determinante para a inversão de uma tendência prologada de quebra do investimento, em particular do investimento produtivo (…).”

Por:

“(…), a despesa fiscal mantém a sua tendência de queda ao longo do período em análise. Neste âmbito, em paralelo com a política vigente de revisão dos benefícios fiscais em sede de IRC, saliente-se a introdução do CFEI. O CFEI cumpriu plenamente os seus objetivos, tendo contribuído de forma determinante para a inversão de uma tendência prolongada de quebra do investimento, em particular do investimento produtivo (…).”

[11.] Página 81 – Linha 30 – Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Substituir:

“(…) representa um crescimento de 1,3%, face a 2014 (…).”

Por:

“(…) representa um crescimento de 1,4%, face a 2014 (…).”

[12.] Página 82 – Linha 34 – III.1.1.1.3. Receita não Fiscal

Substituir:

“(…) da receita efetiva total arrecadada pelo Estado. (…).”

Por:

“(…) da receita efetiva total arrecadada pela Administração Central. (…).”

[13.] Página 84 – Linha 4 – III.1.1.2. Despesa da Administração Central

Substituir:

“A despesa efetiva primária evidencia um decréscimo em 2,5% (...)”

Por:

“A despesa efetiva primária evidencia um decréscimo em 2,8% (...)”

[14.] Página 85 – Quadro III.1.6. Despesas com Pessoal da Administração Central

Substituir:

	Estimativa 2014	Dotação Ajustada 2015		2015/2014 comparável	Contributo Variação 2015/2014 (em p.p.)
		Universo completo	Universo Comparável		
Órgãos de Soberania	118,4	114,2	114,2	-3,5	0,0
Governança e Cultura	262,6	318,9	289,3	10,2	0,2
Finanças e Administração Pública	696,0	535,2	530,5	-23,8	-1,3
Defesa	168,2	165,4	165,4	-1,7	0,0
Segurança Interna	1.270,3	1.256,6	1.253,8	-1,3	-0,1
Justiça	1.586,9	1.533,1	1.533,1	-3,4	-0,4
Economia	1.094,7	997,1	995,5	-9,1	-0,8
Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia	375,3	461,4	350,4	-6,7	-0,2
Agricultura e Mar	73,2	86,3	78,9	7,8	0,0
Saúde	222,6	199,1	193,3	-13,2	-0,2
Ensino Básico e Secundário	1.004,7	3.639,2	1.059,3	5,4	0,4
Ciência e Ensino Superior	4.597,2	3.947,5	3.947,5	-14,1	-5,0
Educação e Ciência	1.288,1	1.280,2	1.279,9	-0,6	-0,1
Solidariedade, Emprego e Segurança Social	306,0	322,4	322,4	5,4	0,1
Total	13.064,2	14.856,6	12.113,5	-7,3	

Pelo quadro seguinte, onde se corrigem as designações dos Programas Orçamentais e dois valores na coluna “Estimativa 2014”:

	Estimativa 2014	Dotação Ajustada 2015		2015/2014 comparável	Contributo Variação 2015/2014 (em p.p.)
		Universo completo	Universo Comparável		
Órgãos de Soberania	118,4	114,2	114,2	-3,5	0,0
Governação e Cultura	262,6	318,9	289,3	10,2	0,2
Finanças e Administração Pública	696,0	535,2	530,5	-23,8	-1,3
Representação Externa	168,2	165,4	165,4	-1,7	0,0
Defesa	1.270,3	1.256,6	1.253,8	-1,3	-0,1
Segurança Interna	1.586,9	1.533,1	1.533,1	-3,4	-0,4
Justiça	1.094,7	997,1	995,5	-9,1	-0,8
Economia	375,3	461,4	350,4	-6,7	-0,2
Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia	73,2	86,3	78,9	7,8	0,0
Agricultura e Mar	216,5	199,1	193,3	-10,7	-0,2
Saúde	1.010,8	3.639,2	1.059,3	4,8	0,4
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	4.597,2	3.947,5	3.947,5	-14,1	-5,0
Ciência e Ensino Superior	1.288,1	1.280,2	1.279,9	-0,6	-0,1
Solidariedade, Emprego e Segurança Social	306,0	322,4	322,4	5,4	0,1
Total	13.064,2	14.856,6	12.113,5	-7,3	

Fonte: Ministério das Finanças

Nota: Para efeitos de análise procedeu-se ao ajustamento, em 2014, dos programas orçamentais decorrente dos orçamentos da ADSE e Caixa Geral de Aposentações passarem, em 2015, a integrar os Programas Saúde e Solidariedade, Emprego e Segurança Social, respetivamente, quando em 2014 estavam inseridos no Programa Finanças e Administração Pública.

[15.] Página 90 – Linha 10 – Novas Entidades no Perímetro da AC em 2015

Substituir:

“(…) uros e outros encargos, (…).”

Por:

“(…) juros e outros encargos, (…).”

[16.] Página 90 – Linha 31 – III.2.1. Receitas e Despesas da Administração Regional e Local

Substituir:

“(…) saldo orçamental excedentário na ARL de 698 milhões de euros. (…).”

Por:

“(…) saldo orçamental excedentário na ARL de 674 milhões de euros. (…).”

[17.] Página 90 – Linhas 35-38

Substituir:

“(…)Para a Administração Local prevê-se um excedente de 825 milhões de euros. (...) Excluindo as regularizações de dívidas de anos anteriores, com recurso a empréstimos, o saldo da ARL previsto para 2015 é de 877 milhões de euros.”

Por:

“(…)Para a Administração Local prevê-se um excedente de 801 milhões de euros (...).Excluindo as regularizações de dívidas de anos anteriores, com recurso a empréstimos, o saldo da ARL previsto para 2015 é de 854 milhões de euros.”

Substituir:

	Milhões de Euros			% do PIB			Taxa de Variação (%)	
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2014	2015
Receita Efetiva	7.876	7.185	7.494	4,6	4,1	4,1	-8,8	4,3
Receita Fiscal	2.548	2.516	2.702	1,5	1,4	1,5	-1,2	7,4
da qual:								
IMI	1.306	1.482	1.632	0,8	0,8	0,9	13,5	10,1
IMT	382	419	459	0,2	0,2	0,3	9,8	9,5
Transferências	3.844	3.362	3.487	2,2	1,9	1,9	-12,5	3,7
das quais:								
Das Adm. Públicas	2.539	2.890	2.947	1,5	1,6	1,6	13,8	2,0
União Europeia	577	341	399	0,3	0,2	0,2	-40,9	17,0
Outra Receita	1.485	1.306	1.306	0,9	0,7	0,7	-12,0	0,0
Despesa Efetiva	7.993	6.625	6.670	4,7	3,8	3,7	-17,1	0,7
Despesa Corrente	5.870	4.998	5.073	3,4	2,8	2,8	-14,8	1,5
Despesas com Pessoal	2.631	2.351	2.450	1,5	1,3	1,4	-10,6	4,2
Outra Despesa Corrente	3.239	2.648	2.623	1,9	1,5	1,5	-18,3	-0,9
Despesa de Capital	2.123	1.626	1.596	1,2	0,9	0,9	-23,4	-1,8
Saldo global	-117	560	825	-0,1	0,3	0,5		
Despesa Efetiva s/ PAEL	7.543	6.489	6.596	4,4	3,7	3,5		
Saldo Global s/ PAEL	333	696	898					
Saldo Primário	22	719	980	0,0	0,4	0,5		

Pelo quadro seguinte, onde se corrige o valor da Outra Receita em 2015:

	Milhões de Euros			% do PIB			Taxa de Variação (%)	
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2014	2015
Receita Efetiva	7.876	7.185	7.471	4,6	4,1	4,1	-8,8	4,0
Receita Fiscal	2.548	2.516	2.702	1,5	1,4	1,5	-1,2	7,4
da qual:								
IMI	1.306	1.482	1.632	0,8	0,8	0,9	13,5	10,1
IMT	382	419	459	0,2	0,2	0,3	9,8	9,5
Transferências	3.844	3.362	3.487	2,2	1,9	1,9	-12,5	3,7
das quais:								
Das Adm. Públicas	2.539	2.890	2.947	1,5	1,6	1,6	13,8	2,0
União Europeia	577	341	399	0,3	0,2	0,2	-40,9	17,0
Outra Receita	1.485	1.306	1.282	0,9	0,7	0,7	-12,0	-1,8
Despesa Efetiva	7.993	6.625	6.670	4,7	3,8	3,7	-17,1	0,7
Despesa Corrente	5.870	4.998	5.073	3,4	2,8	2,8	-14,8	1,5
Despesas com Pessoal	2.631	2.351	2.450	1,5	1,3	1,4	-10,6	4,2
Outra Despesa Corrente	3.239	2.648	2.623	1,9	1,5	1,5	-18,3	-0,9
Despesa de Capital	2.123	1.626	1.596	1,2	0,9	0,9	-23,4	-1,8
Saldo global	-117	560	801	-0,1	0,3	0,4		
Despesa Efetiva s/ PAEL	7.543	6.489	6.596	4,4	3,7	3,5		
Saldo Global s/ PAEL	333	696	875					
Saldo Primário	22	719	980	0,0	0,4	0,5		

Fonte: Ministério das Finanças

[19.] Página 92 – Linha 1

Substituir:

“Em 2015, a AL deverá registar um excedente de 825 milhões de euros. A melhoria do saldo orçamental face a 2014, está associada a um crescimento da receita efetiva superior ao da despesa (+4,3% e +0,7%, (...).”

Por:

“Em 2015, a AL deverá registar um excedente de 801 milhões de euros. A melhoria do saldo orçamental face a 2014, está associada a um crescimento da receita efetiva superior ao da despesa (+4,0% e +0,7%, (...).”

[20.] Página 97 – Linha 9 – III.1.3. Receitas e Despesas da Segurança Social

Substituir:

“ (...) a previsão da receita efetiva total, no montante de 25.244,7 milhões de euros, (...).”

Por:

“ (...) a previsão da receita efetiva total, no montante de 25.244,6 milhões de euros. (...).”

[21.] Página 98 – Linha 29 – Despesa

Substituir:

“ (...) uma redução de 0,1% (...).”

Por:

“ (...) uma redução de 0,8% (...).”

[22.] Página 100 – Linha 9 – Saldo Orçamental

Substituir:

“ (...) 896,6 milhões de euros na ótica da Contabilidade Nacional.”

Por:

“ (...) 935 milhões de euros na ótica da Contabilidade Nacional.”

[23.] Página 101 – Linha 3

Substituir:

“(…) resulta de um aumento da receita em 1,2 p.p. do PIB e de um aumento da despesa em 0,5 p.p. do PIB.”

Por:

“(…) resulta de um aumento da receita em 1,4 p.p. do PIB e de um aumento da despesa em 0,7 p.p. do PIB.”

[24.] Página 101 – Quadro III.2.3. Conta das Administrações Públicas (ótica da Contabilidade Nacional)

Substituir:

	Milhões de Euros			Taxa de variação (%)			% do PIB		
	2013 INE	2014 E	2015 OE	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Receita corrente	74.420	76.619	78.833	6,5	3,0	2,9	43,5	43,7	43,6
Receita fiscal	41.898	43.552	45.729	8,8	3,9	5,0	24,5	24,8	25,3
Impostos s/ produção e importação	23.202	24.458	26.380	-0,6	5,4	7,9	13,6	13,9	14,6
Impostos correntes s/ rendimento, património	18.696	19.094	19.349	23,3	2,1	1,3	10,9	10,9	10,7
Contribuições sociais	20.172	20.701	21.089	3,3	2,6	1,9	11,8	11,8	11,7
Vendas	6.890	6.931	6.868	4,1	0,6	-0,9	4,0	3,9	3,8
Outras receitas correntes	5.460	5.436	5.146	4,3	-0,4	-5,3	3,2	3,1	2,8
Receita de capital	1.775	1.676	1.722	-41,3	-5,5	2,7	1,0	1,0	1,0
Receita total	76.195	78.296	80.555	4,5	2,8	2,9	44,5	44,6	44,6
Despesa corrente	80.374	79.776	80.611	4,8	-0,7	1,0	46,9	45,5	44,6
Despesas com pessoal	21.230	19.971	19.681	6,3	-5,9	-1,4	12,4	11,4	10,9
Consumo intermédio	9.802	10.146	10.509	3,5	3,5	3,6	5,7	5,8	5,8
Prestações sociais	34.728	34.188	34.709	5,1	-1,6	1,5	20,3	19,5	19,2
Subsídios	987	1.401	975	-3,1	42,0	-30,4	0,6	0,8	0,5
Juros	8.530	8.787	8.886	2,1	3,0	1,1	5,0	5,0	4,9
Outra despesa corrente	5.096	5.283	5.850	5,7	3,7	10,7	3,0	3,0	3,2
Despesa de capital	4.660	4.996	5.018	-16,0	7,2	0,5	2,7	2,8	2,8
Formação bruta de capital fixo	3.686	4.296	4.373	-13,7	16,5	1,8	2,2	2,4	2,4
Outras despesas de capital	974	700	646	-23,8	-28,2	-7,7	0,6	0,4	0,4
Despesa total	85.035	84.771	85.630	3,4	-0,3	1,0	49,7	48,3	47,4
Cap.(+)/neces.(-) líquida de financiamento excl. one-off e receita extraordinária	-8.839	-6.475	-5.075				-5,2	-3,7	-2,8
Receita extraordinária	1.230		215				0,7		0,1
Operações one-off	700	1.861					0,4	1,1	
Cap.(+)/neces.(-) líquida de financiamento	-8.309	-8.336	-4.860				-4,9	-4,8	-2,7

Pelo quadro seguinte, onde se corrige os valores das Contribuições sociais e das Prestações sociais em 2014:

	Milhões de Euros			Taxa de variação (%)			% do PIB		
	2013 INE	2014 E	2015 OE	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Receita corrente	74.420	76.272	78.833	6,5	2,5	3,4	43,5	43,5	43,6
Receita fiscal	41.898	43.552	45.729	8,8	3,9	5,0	24,5	24,8	25,3
Impostos s/ produção e importação	23.202	24.458	26.380	-0,6	5,4	7,9	13,6	13,9	14,6
Impostos correntes s/ rendimento, património	18.696	19.094	19.349	23,3	2,1	1,3	10,9	10,9	10,7
Contribuições sociais	20.172	20.354	21.089	3,3	0,9	3,6	11,8	11,6	11,7
Vendas	6.890	6.931	6.868	4,1	0,6	-0,9	4,0	3,9	3,8
Outras receitas correntes	5.460	5.436	5.146	4,3	-0,4	-5,3	3,2	3,1	2,8
Receita de capital	1.775	1.676	1.722	-41,3	-5,5	2,7	1,0	1,0	1,0
Receita total	76.195	77.949	80.555	4,5	2,3	3,3	44,5	44,4	44,6
Despesa corrente	80.374	79.429	80.611	4,8	-1,2	1,5	46,9	45,3	44,6
Despesas com pessoal	21.230	19.971	19.681	6,3	-5,9	-1,4	12,4	11,4	10,9
Consumo intermédio	9.802	10.146	10.509	3,5	3,5	3,6	5,7	5,8	5,8
Prestações sociais	34.728	33.841	34.709	5,1	-2,6	2,6	20,3	19,3	19,2
Subsídios	987	1.401	975	-3,1	42,0	-30,4	0,6	0,8	0,5
Juros	8.530	8.787	8.886	2,1	3,0	1,1	5,0	5,0	4,9
Outra despesa corrente	5.096	5.283	5.850	5,7	3,7	10,7	3,0	3,0	3,2
Despesa de capital	4.660	4.996	5.018	-16,0	7,2	0,5	2,7	2,8	2,8
Formação bruta de capital fixo	3.686	4.296	4.373	-13,7	16,5	1,8	2,2	2,4	2,4
Outras despesas de capital	974	700	646	-23,8	-28,2	-7,7	0,6	0,4	0,4
Despesa total	85.035	84.424	85.630	3,4	-0,7	1,4	49,7	48,1	47,4
Cap.(+)/neces.(-) líquida de financiamento excl. one-off e receita extraordinária	-8.839	-6.475	-5.075				-5,2	-3,7	-2,8
Receita extraordinária	1.230		215				0,7		0,1
Operações one-off	700	1.861					0,4	1,1	
Cap.(+)/neces.(-) líquida de financiamento	-8.309	-8.336	-4.860				-4,9	-4,8	-2,7

[25.] Página 101 – Linha 5

Substituir:

“ O aumento esperado na receita total, em 2,9%,....”

Por:

“ O aumento esperado na receita total, em 3,3%,....”

[26.] Página 102 – Linha 7

Substituir:

“ A despesa total deverá registar um acréscimo, de cerca de 858 milhões de euros.(...)”

Por:

“ A despesa total deverá registar um acréscimo, de cerca de 1.200 milhões de euros.(...)”

[27.] Página 102 – Linha 25

Substituir:

“ A evolução prevista para as prestações sociais (aumento de 1,5% face a 2014)....”

Por:

“ A evolução prevista para as prestações sociais (aumento de 2,6% face a 2014)....”

[28.] Página 109 – Linhas 11-13 e 21-22 – Necessidades e Fontes de Financiamento do Estado em 2015

Substituir:

“Em 2015, prevê-se uma diminuição das necessidades líquidas de financiamento face ao ano anterior em cerca de 4,3 mil milhões de euros, justificada pela redução do défice orçamental e da aquisição líquida de ativos financeiros, com o valor conjunto destas rubricas a fixar-se em torno de 11,0 mil milhões de euros. (...) Estima-se assim que as necessidades brutas de financiamento ascendam a 39,9 mil milhões de euros em 2015.”

Por:

“Em 2015, prevê-se uma diminuição das necessidades líquidas de financiamento face ao ano anterior em cerca de 4 mil milhões de euros, justificada pela redução do défice orçamental e da aquisição líquida de ativos financeiros, com o valor conjunto destas rubricas a fixar-se em torno de 11,2 mil milhões de euros. (...) Estima-se assim que as necessidades brutas de financiamento ascendam a 40,1 mil milhões de euros em 2015.”

[29.] Página 110 – Quadro III.4.4. Necessidades e Fontes de Financiamento do Estado em 2015

Substituir:

“Quadro III.4.4. Necessidades e fontes de financiamento do Estado em 2015
(milhões de euros)

	2015 P
1. NECESSIDADES LÍQUIDAS DE FINANCIAMENTO	10.989
Défice Orçamental	6.024
Aquisição líquida de activos financeiros (excepto privatizações)	4.965
Reforço da estabilidade financeira	0
Receita de privatizações (-)	0
2. AMORTIZAÇÕES E ANULAÇÕES (Dívida Fundada)	28.910
Certificados de Aforro + Certificados do Tesouro	360
Dívida de curto prazo em euros	20.210
Dívida de médio e longo prazo em euros	7.073
Dívida em moedas não euro	1.307
Fluxos de capital de sw aps (líq.)	-39
3. NECESSIDADES BRUTAS DE FINANCIAMENTO (1. + 2.)	39.898
4. FONTES DE FINANCIAMENTO	41.345
Saldo de financiamento de Orçamentos anteriores	4.716
Emissões de dívida relativas ao Orçamento do ano	36.629
Emissões de dívida no Período Complementar	0
5. SALDO DE FINANCIAMENTO PARA EXERCÍCIOS SEGUINTE (4. - 3.)	1.447
p.m. EMISSÕES DE DÍVIDA NO ANO CIVIL (Dívida Fundada)	36.629
Relativas ao Orçamento do ano anterior (Período Complementar)	0
Relativas ao Orçamento do ano	36.629

P: Previsão.

Fonte: Ministério das Finanças.

Pelo quadro seguinte, onde se corrige o valor da Aquisição líquida de ativos financeiros (exceto privatizações):

Quadro III.4.4. Necessidades e fontes de financiamento do Estado em 2015
(milhões de euros)

	2015 P
1. NECESSIDADES LÍQUIDAS DE FINANCIAMENTO	11.232
Défice Orçamental	6.024
Aquisição líquida de ativos financeiros (exceto privatizações)	5.208
Reforço da estabilidade financeira	0
Receita de privatizações (-)	0
2. AMORTIZAÇÕES E ANULAÇÕES (Dívida Fundada)	28.910
Certificados de Aforro + Certificados do Tesouro	360
Dívida de curto prazo em euros	20.210
Dívida de médio e longo prazo em euros	7.073
Dívida em moedas não euro	1.307
Fluxos de capital de sw aps (líq.)	-39
3. NECESSIDADES BRUTAS DE FINANCIAMENTO (1. + 2.)	40.141
4. FONTES DE FINANCIAMENTO	41.345
Saldo de financiamento de Orçamentos anteriores	4.716
Emissões de dívida relativas ao Orçamento do ano	36.629
Emissões de dívida no Período Complementar	0
5. SALDO DE FINANCIAMENTO PARA EXERCÍCIOS SEGUINTE (4. - 3.)	1.204
p.m. EMISSÕES DE DÍVIDA NO ANO CIVIL (Dívida Fundada)	36.629
Relativas ao Orçamento do ano anterior (Período Complementar)	0
Relativas ao Orçamento do ano	36.629

[30.] Página 118 – Linha 1

Substituir:

“Cerca de 92,5% do financiamento com recurso a fundos europeus tem como principais executores (...)”

Por:

“Cerca de 93,4% do financiamento com recurso a fundos europeus tem como principais executores (...)”

[31.] Página 123 – Linha 18

Substituir:

“(...) Convento do Carmo (...)”

Por:

“(...) Convento do Sacramento (...)”

[32.] Página 137 – Quadro IV.4.4. Finanças e Administração Pública (P003) – Despesas Excepcionais

Substituir:

Despesas Excepcionais	2014 Estimativa	2015 Orçamento Ajustado	Variação %
01 - BONIFICAÇÃO DE JUROS	75,5	76,0	0,7
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4,3	5,2	20,9
HABITAÇÃO	71,0	70,6	- 0,6
OUTRAS BONIFICAÇÕES	0,2	0,2	-
02 - SUBSÍDIOS E INDEMNIZAÇÕES COMPENSATORIAS	167,1	93,2	- 44,2
APOIO À FAMÍLIA	6,5	6,1	- 6,2
COMPENSAÇÃO DE JUROS	0,5	0,5	-
HABITAÇÃO	13,8	14,0	1,4
PT COMUNICACOES	38,5	-	- 100,0
SUBSÍDIOS AO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO	72,8	41,3	- 43,3
TRANSPORTES AÉREOS	-	2,5	-
TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	9,3	10,6	14,0
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	25,7	18,2	- 29,2
03 - GARANTIAS FINANCEIRAS	66,7	10,7	- 84,0
AVALES/OUTRAS GARANTIAS/RISCO DE CAMBIO	66,7	10,7	- 84,0
04 - AMOEDAÇÃO	4,6	11,1	141,3
CUSTOS DE AMOEDAÇÃO - MOEDA CORRENTE/MOEDA DE COLEÇÃO	4,6	11,1	141,3
05 - ATIVOS FINANCEIROS	16.466,2	5.724,8	- 65,2
AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	1.699,6	2.925,4	72,1
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	36,1	-	- 100,0
EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO	18,0	10,0	- 44,4
EMPRESTIMOS A M/L PRAZO	6.321,4	2.733,0	- 56,8
EMPRESTIMOS A M/L PRAZO - FUNDO DE RESOLUÇÃO	5.400,0	-	- 100,0
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E EXPROPRIAÇÕES	89,6	56,4	- 37,1
INICIATIVA PARA O REFORÇO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA	2.500,0	-	- 100,0
MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE	401,5	-	- 100,0
06 - COMISSOES E OUTROS ENCARGOS	511,1	225,6	- 55,9
COMISSAO DE GESTAO	0,4	0,5	25,0
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	37,7	44,9	19,1
DESPESAS DA REPRIVATIZAÇÃO DO BPN	15,2	28,5	87,5
ENCARGOS COM PROTOCOLOS DE COBRANÇA	20,0	21,2	6,0
GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	60,1	19,9	- 66,9
HABITAÇÃO	-	1,0	-
PROTECÇÃO SOCIAL DE BASE	11,5	11,0	- 4,3
FUNDO DE RESOLUÇÃO - CONSIGNAÇÃO CONT. SECTOR BANCÁRIO	297,1	-	- 100,0
TRANSFERENCIA GRECIA	69,1	98,6	42,7
07 - ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMONIO DO ESTADO	0,7	68,7	9.714,3
EDIFÍCIOS	0,7	68,7	9.714,3
Total Geral	17.291,8	6.210,0	- 64,1

Pelo quadro seguinte, onde se corrigem os cálculos da variação anual (coluna “Variação %”), o valor da rubrica “05 – Ativos Financeiros – Cooperação Internacional” (coluna 2015) e o valor da rubrica “07 – Administração do Património do Estado – Edifícios” (coluna 2014, alterando o total):

Despesas Excecionais	2014 Estimativa	2015 Orçamento Ajustado	Variação %
01 - BONIFICAÇÃO DE JUROS	75,5	76,0	0,5
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4,3	5,2	20,9
HABITAÇÃO	71,0	70,6	- 0,6
OUTRAS BONIFICAÇÕES	0,2	0,2	- 34,5
02 - SUBSIDIOS E INDEMNIZAÇÕES COMPENSATORIAS	167,1	93,2	- 44,2
APOIO À FAMÍLIA	6,5	6,1	- 6,2
COMPENSAÇÃO DE JUROS	0,5	0,5	- 1,1
HABITAÇÃO	13,8	14,0	1,4
PT COMUNICACOES	38,5	-	-
SUBSÍDIOS AO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO	72,8	41,3	- 43,3
TRANSPORTES AÉREOS	-	2,5	100,0
TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	9,3	10,6	13,9
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	25,7	18,2	- 29,1
03 - GARANTIAS FINANCEIRAS	66,7	10,7	- 84,0
AVALES/OUTRAS GARANTIAS/RISCO DE CAMBIO	66,7	10,7	- 84,0
04 - AMOEDAÇÃO	4,6	11,1	143,4
CUSTOS DE AMOEDAÇÃO - MOEDA CORRENTE/MOEDA DE COLEÇÃO	4,6	11,1	143,4
05 - ATIVOS FINANCEIROS	16.466,2	5.724,8	- 65,2
AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	1.699,6	2.892,1	70,2
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	36,1	33,3	- 7,9
EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO	18,0	10,0	- 44,4
EMPRESTIMOS A M/L PRAZO	6.321,4	2.733,0	- 56,8
EMPRESTIMOS A M/L PRAZO - FUNDO DE RESOLUÇÃO	5.400,0	-	-
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E EXPROPRIAÇÕES	89,6	56,4	- 37,1
INICIATIVA PARA O REFORÇO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA	2.500,0	-	-
MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE	401,5	-	-
06 - COMISSOES E OUTROS ENCARGOS	511,1	225,6	- 55,9
COMISSAO DE GESTAO	0,4	0,5	11,7
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	37,7	44,9	19,0
DESPESAS DA REPRIVATIZAÇÃO DO BPN	15,2	28,5	87,9
ENCARGOS COM PROTOCOLOS DE COBRANÇA	20,0	21,2	6,0
GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	60,1	19,9	- 66,9
HABITAÇÃO	-	1,0	100,0
PROTECÇÃO SOCIAL DE BASE	11,5	11,0	- 4,4
FUNDO DE RESOLUÇÃO - CONSIGNAÇÃO CONT. SECTOR BANCÁRIO	297,1	-	-
TRANSFERENCIA GRECIA	69,1	98,6	42,7
07 - ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMONIO DO ESTADO	6,7	68,7	929,9
EDIFÍCIOS	6,7	68,7	929,9
Total Geral	17.297,8	6.210,0	- 64,1

[33.] Página 137 – Linha 2

Substituir:

“(…) representam uma redução de 64,1% (-11.081,8 milhões de euros) ...”

Por:

“(…) representam uma redução de 64,1% **-11.087,8** milhões de euros) ...”

[34.] Página 137 – Linha 6

Substituir:

“(…) no âmbito da Iniciativa para Reforço da Estabilidade Financeira, despesas com o Mecanismo Europeu de Estabilidade, bem como despesas relacionadas com cooperação internacional.”

Por:

“(…) no âmbito da Iniciativa para Reforço da Estabilidade Financeira, bem como despesas com o Mecanismo Europeu de Estabilidade.”

[35.] Página 138 – Linha 5

Substituir:

“Por último evidencia-se o crescimento de 68 milhões de euros...”

Por:

“Por último evidencia-se o crescimento de 62 milhões de euros...”

[36.] Página 139 – Linha 20

Substituir:

- “Projetos de investimento na área dos vistos, assegurando parte do financiamento nacional de projetos no âmbito do Acordo de Parceria – Portugal 2020, incluem o Projeto do Centro Comum de Vistos em Cabo Verde”

Por:

- “Projetos de investimento na área dos vistos, incluindo o Projeto do Centro Comum de Vistos em Cabo Verde, assegurando parte do financiamento nacional de projetos no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 para a área dos Assuntos Internos, através do Fundo de Segurança Interna”

[37.] Página 141 – Último parágrafo

Substituir:

“No entanto, é esperado um acréscimo dos valores inerentes a ações de cooperação delegada pela União Europeia no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua atingindo 5,5 milhões de euros, destinadas, entre outras, ao desenvolvimento dos PALOP, Timor Leste e outros países, à rede dos centros culturais portugueses e ao ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.”

Por:

“No entanto, é esperado um acréscimo dos valores inerentes a ações de cooperação delegada pela União Europeia no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua atingindo 5,5 milhões de euros, destinadas ao desenvolvimento dos PALOP, Timor Leste e outros países.”

[38.] Página 168 – Linhas 22-24 – IV.12. Saúde (PO12); IV.12.1 Políticas

Substituir:

“(…) Em particular, em 1 de janeiro de 2014 fez-se a conversão de dívidas em capital estatutário em 19 hospitais-empresa, no montante de 426 milhões de euros, com perdão de juros na ordem dos 25,2 milhões de euros”

Por:

“(…) Em particular, em 23 de janeiro de 2014 fez-se um aumento de capital estatutário em espécie em 19 hospitais-empresa, no montante de 425,6 milhões de euros, com perdão de juros na ordem dos 27,3 milhões de euros”

A4. Transferências para AR e AL

[39.] Página 196 - Título

Substituir

A4. Transferências para AR e AL

Por:

A4. **Fluxos** para AR e AL

[40.] Página 196 – Quadro

Substituir:

Quadro A4.1. Fluxos para as Regiões Autónomas

Em euros		
DESCRIÇÃO	REG. AUTÓNOMA DA MADEIRA	REG. AUTÓNOMA DOS AÇORES
LEI DE FINANÇAS REGIONAIS	171.681.560	250.963.710
OUTRAS	341.920.204	14.254.246
COM ORIGEM EM:		
Serviços Integrados	324.315.755	-
Serviços E Fundos Autónomos	73.167	89.153
Segurança Social	17.531.282	14.165.093
Total	513.601.764	265.217.956

Por:

Quadro A4.1. Fluxos para a Administração Regional

DESCRIÇÃO	REG. AUTÓNOMA DA MADEIRA	REG. AUTÓNOMA DOS AÇORES
LEI DE FINANÇAS REGIONAIS	171.681.560	250.963.710
OUTRAS	341.917.204	14.257.246
COM ORIGEM EM:		
Serviços Integrados	324.312.755	3.000
Serviços E Fundos Autónomos	73.167	89.153
Segurança Social	17.531.282	14.165.093
Total	513.598.764	265.220.956

[41.] Página 211 – Tabela 3. Projeções da despesa e receita da Administração Pública num cenário de políticas invariantes e por principais componentes

Substituir:

“

% do PIB	Código SEC	2014	2015
Administração Pública (S13)			
1. Receita total num cenário de políticas invariantes	TR	44,4	44,6
da qual:			
1.1. Impostos sobre a produção e a importação	D.2	13,9	14,6
1.2. Impostos sobre o rendimento, património, etc.	D.5	10,8	10,7
1.3. Impostos de capital	D.91	0,0	0,0
1.4. Contribuições sociais	D.61	11,8	11,7
1.5. Rendimentos de propriedade	D.4	0,9	0,7
1.6. Outros ¹		7,0	6,9
p.m.: Carga Fiscal (D.2+D.5+D.61+D.91-D.995) ²		33,6	34,5
2. Despesa total num cenário de políticas invariantes	TE ³	50,0	47,5
da qual:			
2.1. Despesa com pessoal	D.1	12,0	10,9
2.2. Consumo intermédio	P.2	6,1	6,1
2.3. Prestações sociais	D.62 D.632	19,5	19,2
das quais: subsídio de desemprego ⁴		1,3	1,2
2.4. Despesa com juros	D.41	5,0	4,9
2.5. Subsídios	D.3	0,8	0,5
2.6. Formação bruta de capital fixo	P.51G	2,6	2,4
2.7. Transferências de capital	D.9	1,1	0,3
2.8. Outros ⁵		2,9	3,1
2.9. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento		-5,6	-3,0

”

Pelo quadro seguinte, onde se corrige a totalidade do conteúdo:

“

% do PIB	Código SEC	2014	2015
Administração Pública (S13)			
1. Receita total num cenário de políticas invariantes	TR	43,8	44,4
da qual:			
1.1. Impostos sobre a produção e a importação	D.2	13,8	14,4
1.2. Impostos sobre o rendimento, património, etc.	D.5	10,7	10,7
1.3. Impostos de capital	D.91	0,0	0,0
1.4. Contribuições sociais	D.61	11,5	11,7
1.5. Rendimentos de propriedade	D.4	0,9	0,7
1.6. Outros ¹		6,9	6,8
p.m.: Carga Fiscal (D.2+D.5+D.61+D.91-D.995) ²		33,3	34,4
2. Despesa total num cenário de políticas invariantes	TE ³	50,1	47,8
da qual:			
2.1. Despesa com pessoal	D.1	11,8	11,1
2.2. Consumo intermédio	P.2	6,0	6,1
2.3. Prestações sociais	D.62 D.632	19,6	19,0
das quais: subsídio de desemprego ⁴		1,3	1,2
2.4. Despesa com juros	D.41	5,0	4,9
2.5. Subsídios	D.3	0,9	0,6
2.6. Formação bruta de capital fixo	P.51G	2,6	2,4
2.7. Transferências de capital	D.9	1,1	0,4
2.8. Outros ⁵		3,1	3,2
2.9. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento		-6,3	-3,4

”

[42.] Página 217 – Tabela 5.a Medidas discricionárias adotadas pela Administração Pública

Substituir em “Objetivo (componente da despesa/receita) Código SEC” nas seguintes medidas:

Lista de medidas	Descrição detalhada ¹	Objetivo (componente da despesa / receita) Código SEC	(...)
Alteração ao modelo de exploração de jogo		“D.214” por “ <u>D.7</u> ”	
(...)			
Aumento da contribuição sobre o sector bancário	(...)	“D.9” por “ <u>D.2</u> ”	
(...)			
Outras medidas/receitas		“D.2” por “ <u>D.7</u> ”	
(...)			

Substituir em “Lista de medidas/Descrição”:

Número CSR	Lista de medidas	Descrição
1 Reforçar o sistema de gestão das finanças públicas finalizando e aplicando rapidamente a abrangente reforma da Lei de Enquadramento Orçamental até ao final de 2014.	<p>“A reforma da lei de Enquadramento Orçamental foi finalizada. A 8ª alteração à lei entrou em vigor a 11 de julho de 2014. A LEO reflete agora integralmente o <i>Fiscal Compact</i>.”</p> <p>Por:</p> <p><u>“A transposição das disposições relativas ao Pacto Orçamental foi concluída com a 8ª alteração à Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 41/2014, de 10 de julho), que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Encontra-se neste momento em curso a preparação de uma nova alteração, que concretizará uma reforma profunda do processo orçamental. Foi designada uma Comissão de Reforma para este efeito, que deverá apresentar um anteprojeto de reforma ao Governo até ao dia 30 de novembro de 2014.”</u></p>	
(...)	(...)	